



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

João Pessoa, 04 de dezembro 2024 \* nº 0668 (SUPLEMENTO) \* Pág. 001/006



CENTRO HISTÓRICO

### ATOS DO PREFEITO

LEI ORDINÁRIA Nº 15.369, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE – PPVIDA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica instituído no âmbito do Município de João Pessoa, o Programa de Proteção a Vida de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPVIDA/JP, destinado ao desenvolvimento das ações do acolhimento institucional e proteção integral das crianças e adolescente expostos a graves ameaças.

**Art. 2º** O Programa de Proteção a Vida de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPVIDA/JP será coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania – SEDHUC, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, subordinada à Diretoria de Assistência Social – DAS.

**Art. 3º** Constitui público-alvo do Programa de Proteção a Vida de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte PPVIDA/JP:

§ 1º Crianças e Adolescentes, em situação de risco pessoal, em situação de ameaça de morte.

§ 2º A proteção poderá ser estendida aos pais ou responsáveis, cônjuge, companheiro, descendentes, dependentes, colaterais e aos que tenham, comprovadamente, convivência habitual com o ameaçado, quando a ameaça houver se estendido a estas pessoas.

§ 3º Excepcionalmente, as ações do PPVIDA/JP podem ser estendidas a jovens com até vinte e um anos, quando egressos do sistema socioeducativo e de entidades que desenvolvam programas de internação ou acolhimento institucional, conforme Artigo 94, inciso XVIII, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 4º** O PPVIDA/JP compreende as seguintes ações, aplicáveis isoladas ou cumulativamente, em benefício do(a) protegido(a):

I – Transferência de residência ou acomodação em ambiente compatível conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS N. 109/2009) e Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – Resolução Conjunta CNAS/CONANDA N.1/2009;

II – Inserção dos protegidos (as) em instituições sociais de acolhimento visando à proteção integral, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS N. 109/2009) e Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – Resolução Conjunta CNAS/CONANDA N.1/2009;

III – apoio pedagógico, nas áreas de Serviços Social, Jurídico, Psicológico; e

IV – apoio ao protegido (a), quando necessário, para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam seu comparecimento.

§ 1º No caso de adolescentes e jovens que estejam cumprindo medida socioeducativa aplicada com base na Lei nº 8.069, de 1990, poderá ser solicitado ao juiz competente as medidas adequadas para sua proteção integral.

§ 2º A proteção concedida pelo PPVIDA/JP e as ações dela decorrentes serão proporcionais à gravidade da ameaça e à dificuldade de preveni-las ou reprimi-las por outros meios.

**Art. 5º** Da equipe multiprofissional do PPVIDA/JP.

§ 1º O corpo técnico do PPVIDA/JP será composto de profissionais com graduação de nível superior exceto Auxiliar Administrativo, conhecimento técnico específico, registros nos conselhos de categoria profissional, além de profissional de apoio. Conforme quadro abaixo:

Quant.	Profissional	Carga horária	Graduação
01	Coordenador/a	40 h	Nível Superior
01	Assistente Social	30 h	Nível Superior
01	Psicólogo/a	30 h	Nível Superior
01	Auxiliar Administrativo	40 h	Nível Médio

§ 2º Todos os profissionais envolvidos no trabalho devem estar imbuídos de sua função, independentemente de sua especialização, o escopo do trabalho é o da proteção e sigilo.

§ 3º O PPVIDA/JP funcionará com atendimentos 24 horas.

**Art. 6º** Do Processo de Inclusão no PPVIDA/JP

§ 1º Poderão requerer a inclusão de ameaçados (as) de morte no PPVIDA/JP:

I – Conselho Tutelar;

II – Vara da Infância de João Pessoa;

III – Ministério Público com atuação em João Pessoa; e/ou

IV – Defensoria Pública com atuação em João Pessoa.

§ 2º Todas as solicitações para inclusão no PPVIDA/JP deverão ser acompanhadas de relatório técnico, com a devida qualificação da ameaça.

**Art. 7º** A inclusão no PPVIDA/JP depende da voluntariedade do ameaçado(a), da anuência de seu representante legal e, na ausência ou impossibilidade dessa anuência, da autoridade competente.

**Parágrafo único.** Havendo a incompatibilidade de interesses entre o(a) ameaçado(a) e seus pais ou responsáveis legais, em caso de crianças e adolescentes, a inclusão no PPVIDA/JP será definida pela autoridade judicial competente.

**Art. 8º** A inclusão no PPVIDA/JP considerará:

I – a urgência e a gravidade da ameaça;

II – a situação de vulnerabilidade do(a) ameaçado(a);

III – a voluntariedade do ameaçado(a);

IV – outras formas de intervenção mais adequadas; e

V – a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares.

**Art. 9º** A proteção oferecida pelo PPVIDA/JP terá a duração máxima de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada no máximo por igual período, em circunstâncias excepcionais, se perdurarem os motivos que autorizaram seu deferimento, por parecer técnico a que se destine o encaminhamento do acolhido.

**Art. 10** Após o ingresso no PPVIDA/JP, os(as) protegidos(as) e seus familiares ficarão obrigados a cumprir as regras nele prescritas, sob pena de desligamento.

I – As ações e providências relacionadas ao PPVIDA/JP deverão ser mantidas em sigilo pelos protegidos(as), com o intuito de preservar a segurança do mesmo, sob pena de desligamento;

II – Não informar o local de acolhimento;

III – Respeitar as regras da entidade de acolhimento; IV – Não sair da entidade de acolhimento sem autorização da Entidade e/ou do PPVIDA/JP.

**Art. 11** O desligamento do protegido(a) poderá ocorrer, a qualquer tempo: I – por solicitação do protegido(a); II – por decisão da Coordenação do PPVIDA/JP em consequência de: a) cessação dos motivos que ensejaram a proteção; b) consolidação da inserção social segura do protegido(a); c) descumprimento das regras de proteção; d) inclusão no PPCAAM; e III – por ordem judicial.

**Art. 12** Para atender aos objetivos e finalidades do PPVIDA/JP, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de João Pessoa/PB poderá celebrar termos de parcerias, acordos e ajustes, nos termos da legislação vigente, com a União, com outros Estados e Distrito Federal, Municípios e Organizações da Sociedade Civil-OSCs.

Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/9581-AF82-2418-5CC1> e informe o código 9581-AF82-2418-5CC1



Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/9581-AF82-2418-5CC1> e informe o código 9581-AF82-2418-5CC1



Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/9581-AF82-2418-5CC1> e informe o código 9581-AF82-2418-5CC1



Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/9581-AF82-2418-5CC1> e informe o código 9581-AF82-2418-5CC1



**Art. 13** As despesas decorrentes das atividades previstas neste Programa correrão por conta das dotações orçamentárias de recurso ordinário, alocado no Fundo Municipal da Assistência Social, destinadas à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania – SEDHUC.

**Art. 14** Para atender aos objetivos e finalidades do PPVIDA/JP, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de João Pessoa/PB poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e parcerias, nos termos da legislação vigente, com a União, com outros Estados e Distrito Federal, Municípios e entidades não-governamentais.

**Art. 15** Fica instituído o Comitê Gestor do PPVIDA/JP, que será regulamentado através de Decreto do Poder Municipal.

**Art. 16** Esta Lei entra em vigor da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**, em 04 de dezembro de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 15.370, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024.

AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SEMUSB ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DA TRANSPOSIÇÃO, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Realocar Dotação Orçamentária na Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), por Transposição exclusivamente para atender à insuficiência registrada na dotação orçamentária relativa ao Grupo de Natureza da Despesa:

3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

**Parágrafo único.** O Órgão do Poder Executivo que será objeto da Realocação de Dotação Orçamentária de que trata o caput, está especificado no Anexo I – para o Acréscimo e o Anexo II – para a Redução de que trata esta Lei.

**Art. 2º** A Realocação de Dotação Orçamentária ocorrerá na Classificação Funcional e Programa integrante do Órgão que compõe a Estrutura Organizacional Básica do Município na estrita obediência aos limites e às condições fixadas no artigo 1º desta Lei.

**Art. 3º** O Decreto de Realocação de Dotação Orçamentária Autorizado por esta Lei, explicitará a Classificação Institucional e Funcional, bem como da Modalidade de Aplicação da Dotação Orçamentária a ser estornada e o Programa e a Despesa para a qual será transposto o valor daquela dotação.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**, em 04 de dezembro de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

ANEXO I

Acréscimo

Ano Base: 2024

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional 29000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E CIDADANIA			
29101	SEMUSB - AÇÕES DE GOVERNO			
06.181.5001.291159	REAPARELHAMENTO, MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA SEMUSB	3.3.90	1.5.00	90.000,00
SUBTOTAL				90.000,00
TOTAL GERAL				90.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				

ANEXO II

Redução

Ano Base: 2024

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional 29000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E CIDADANIA			
29101	SEMUSB - AÇÕES DE GOVERNO			
06.122.5001.292646	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.3.90	1.5.00	90.000,00
SUBTOTAL				90.000,00
TOTAL GERAL				90.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: **Cícero de Lucena Filho**  
Vice-Prefeito: **Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti**  
Sec. de Gestão Governamental: **Diego Tavares de Albuquerque**  
Secretaria de Administração: **Ariosvaldo de Andrade Alves**  
Secretaria de Saúde: **Luis Ferreira de Sousa Filho**  
Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**  
Secretaria de Planejamento: **Ayrton Lins Falcão Filho**  
Secretaria da Finanças: **Brunno Sitonio Fialho de Oliveira**  
Secretaria de Desenv. Social: **Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia**  
Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**  
Secretaria de Comunicação: **Janildo Jerônimo da Silva**  
Controlad. Geral do Município: **Diego Fabricio Cavalcanti de Albuquerque**  
Secretaria de Direitos Humanos: **Maria Benicleide Silva Silvestre**  
Procuradoria Geral do Município: **Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega**  
Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Rougger Xavier G. Júnior**

Secretaria da Receita: **Sebastião Feitosa Alves**  
Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**  
Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: **Vaulene de Lima Rodrigues**  
Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **Kaio Márcio Ferreira Costa**  
Secretaria de Turismo: **Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes**  
Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: **Ivonele Porfírio Martins**  
Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Rodrigo Fagundes de Figueiredo Trigueiro**  
Sec. da Ciência e Tecnologia: **Guido Lemos de Souza Filho**  
Secretaria de Meio Ambiente: **Welison Araújo Silveira**  
Sec. de Seg. Urbana e Cidadania: **Luiz Eduardo Menezes Soares**  
Secretaria da Defesa Civil: **Kelson de Assis Chaves**  
Suprerint. de Mobilidade Urbana: **Expedito Leite Silva Filho**  
Autarqu. Esp. Munic. de Limp. Urbana: **Ricardo Jose Veloso**  
Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Agra**  
Fundação Cultural de João Pessoa: **Antônio Marcus Alves de Souza**

DIÁRIO  
OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**  
Designer Gráfico - **Emilson Diniz e Fábio Evangelista**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental  
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340  
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766  
diariomjp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022  
Centro Administrativo Municipal  
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900  
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

LEI ORDINÁRIA Nº 15.371, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SEPLAN NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial para inclusão nova Natureza da Despesa na Estrutura Orçamentária da Secretaria da Planejamento no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), conforme anexo I (Acréscimo)

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do Crédito Especial de que trata o artigo anterior, correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de João Pessoa em 31/12/2023, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação a seguir:

SUPERÁVIT FINANCEIRO - PMJP - EM 31/12/2023		R\$
FONTE: 1703 – Outras Transferência de Convênios ou Instrumentos Congêneres de Outras Entidades.....		1.200.000,00

Art. 3º A nova Natureza da Despesa referenciada no artigo 1º, será alocada na programação constante do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício financeiro de 2024.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

FAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 04 de dezembro de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

ANEXO I

Acréscimo		Ano Base: 2024		
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
08000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
08101	SEPLAN - AÇÕES DE GOVERNO			
15.127.7026.087100	URBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO JAGUARIBE	4.4.90	1.7.03	600.000,00
15.451.7026.087101	REDE INTEGRADA DE TRANSPORTE	4.4.90	1.7.03	600.000,00
SUBTOTAL				1.200.000,00
TOTAL GERAL				1.200.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades				

LEI ORDINÁRIA Nº 15.372, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024.

AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SEINFRA ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DO REMANEJAMENTO, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Realocar Dotação Orçamentária na Secretaria de Infraestrutura no valor de R\$ 1.273.701,00 (um milhão e duzentos e setenta e três mil e setecentos e um reais), por Transposição e por Remanejamento, exclusivamente para atender à insuficiência registrada na dotação orçamentária relativa ao Grupo de Natureza da Despesa:

4 – INVESTIMENTOS

Parágrafo único. O Órgão do Poder Executivo que será objeto da Realocação de Dotação Orçamentária de que trata o caput, está especificado no Anexo I – para o Acréscimo e o Anexo II – para a Redução de que trata esta Lei.

Art. 2º A Realocação de Dotação Orçamentária ocorrerá na Classificação Funcional e Programa integrante do Órgão que compõe a Estrutura Organizacional Básica do Município na estrita obediência aos limites e às condições fixadas no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º O Decreto de Realocação de Dotação Orçamentária Autorizado por esta Lei, explicitará a Classificação Institucional e Funcional, bem como da Modalidade de Aplicação da Dotação Orçamentária a ser estornada e o Programa e a Despesa para a qual será transposto e/ou remanejado o valor daquela dotação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

FAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 04 de dezembro de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

ANEXO I

Acréscimo		Ano Base: 2024		
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
11000	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
11101	SEINFRA - AÇÕES DE GOVERNO			
04.122.5084.111086	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS	4.4.90	1.5.00	1.273.701,00
SUBTOTAL				1.273.701,00
TOTAL GERAL				1.273.701,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				

ANEXO II

Redução		Ano Base: 2024		
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
14000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
14101	SEDES - AÇÕES DE GOVERNO			
08.244.5137.144424	SERVIÇOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR ( COZINHAS COMUNITÁRIA, RESTAURANTES POPULARES E OUTROS)	4.4.90	1.5.00	1.273.701,00
SUBTOTAL				1.273.701,00
TOTAL GERAL				1.273.701,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				









Art. 3º O Decreto de Realocação de Dotação Orçamentária Autorizado por esta Lei, explicitará a Classificação Institucional e Funcional, bem como da Modalidade de Aplicação das Dotações Orçamentárias a serem estornadas e o Programas e a Despesa para as quais serão remanejados e/ou transferidos os valores daquelas dotações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 04 de dezembro de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal


ANEXO I  
Acréscimo

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
71000	SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL			
71201	SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA			
15.452.5126.582179	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS - EMLUR	3.3.90	1.5.00	13.287.656,63
SUBTOTAL				13.287.656,63
TOTAL GERAL				13.287.656,63
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				


ANEXO II  
Redução

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
08000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
08101	SEPLAN - AÇÕES DE GOVERNO			
15.451.5365.081268	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE MOBILIDADE, TRANSPORTE E ACESSIBILIDADE URBANA	4.4.90	1.5.00	700.000,00
15.451.5365.081289	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE URBANIZAÇÃO	3.3.90	1.5.00	500.000,00
15.451.5365.081280	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA	3.3.90	1.5.00	510.000,00
15.451.5418.081285	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONTROLE TECNOLÓGICO.	4.4.90	1.5.00	220.000,00
15.451.5365.081290	IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS ESPECIAIS	4.4.90	1.5.00	100.000,00
04.122.5084.081292	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS	4.4.90	1.5.00	450.000,00
18.543.5305.081309	PROJETOS E AÇÕES FÍSICAS DE PROTEÇÃO DA FALESIÁ DO CABO BRANCO E PONTA DO SEIXAS	4.4.90	1.5.00	400.000,00
15.451.5376.081361	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	3.3.90	1.5.00	1.320.000,00
15.451.5365.081414	IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	4.4.90	1.5.00	480.000,00
15.121.5565.081504	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSITO E TRANSPORTES DE JOÃO PESSOA (BRT)	4.4.90	1.5.00	100.000,00
15.121.5562.081508	IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO CULTURAL E DE SERVIÇOS DA CIDADE ANTIGA DE JOÃO PESSOA	4.4.90	1.5.00	70.000,00
15.451.5362.082684	VISTORIA EM EDIFICAÇÕES	3.3.90	1.5.00	48.000,00
04.122.5370.082728	AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	4.4.90	1.5.00	4.000.000,00
		4.5.90	1.5.00	4.000.000,00

Redução				Ano Base: 2024
Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
08000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
08101	SEPLAN - AÇÕES DE GOVERNO			
04.121.5035.082730	MANUTENÇÃO, SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO	3.3.90	1.5.00	180.000,00
04.122.5461.084133	ADEQUAÇÃO DA INSTALAÇÃO FÍSICA; AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS	4.4.90	1.5.00	29.656,63
04.122.5341.084205	MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DA DIPLUR	4.4.90	1.5.00	100.000,00
04.122.5362.084206	MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DA UEM	4.4.90	1.5.00	80.000,00
SUBTOTAL				13.287.656,63
TOTAL GERAL				13.287.656,63
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
4.5.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de Impostos				



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 95B1-AF82-2418-5CC1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/12/2024 15:43:10 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/95B1-AF82-2418-5CC1>



Prefeitura  
Municipal de  
João Pessoa

Violência Sexual (Urgência)  
3015.1500  
(Instituto Cândida Vargas)

LIGUE  
180

SEPPM  
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA  
AS MULHERES

Violência Doméstica  
0800 283.3883  
(Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra)